

O PANORAMA.

JORNAL LITTERARIO E INSTRUCTIVO

DA

Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis.

91)

PUBLICADO TODOS OS SABBADOS.

(JANEIRO 26, 1839)



UMA VISTA DE INSPRUCK.

O TYROL, que tem por capital Inspruck, é uma porção dos estados hereditarios da casa d'Austria, e por isso, pelo character dos habitantes, e pela fidelidade e afeição que sempre estes consagraram aos seus principes, é a provincia dos dominios austriacos, que mais privilegios e isempções goza. O povo tyrolense é independente por genio, activo, sobrio, laborioso, em geral bem morigerado, amante do seu paiz, afferrado aos seus usos, e inimigo de violen-

Vol. III.

cias: os mancebos são muito apaixonados pela caça, destrissimos neste exercicio, e tem a reputação dos melhores atiradores de armas de fogo, que ha na Europa; não ha função entre elles, que preste, sem o divertimento de atirar ao alvo. Concorre para isto grandemente a natureza do paiz, que é todo montanhoso, e bem provido de caça.

Todavia os costumes são mais puros na parte septentrional, contigua á Alemanha, do que na me-

ridional, que pega com a Italia. Só n'uma porção desta, chamado o districto de *confins*, calculou-se que havia mais demandas e rixas que em todos os districtos junctos do Tyrol alemão: parece que os habitantes destes ultimos ganham em prosperidade moral tanto como os outros em prosperidade physica, porque o paiz meridional é de clima mais brando, e muito mais productivo, e abundante.

Os tyrolenses são tambem nimiamente religiosos, ou para melhor dizer, o seu escrupulo, em materias de religião, degenera em superstição, e acreditam muito em bruxarias e encantamentos; porém esta doença das almas credulas ataca geralmente a todos os povos montanhezes, que pelo ordinario teem pouquissimo tracto commercial, ao passo que não lhes falta ignorancia, e afferro ás tradições de seus maiores.

Inspruck, capital desta provincia, está situada sobre o Inn, em um monte cercado por outros, que fazem extremamente picturesque a sua situação. O castello desta cidade é forte, e tem um arsenal bem construido e bem provido. A sua universidade, que fôra supprimida em 1802, acha-se restabelecida. Terá de população 10:000 vizinhos; e a todo o Tyrol calculam-se 700 a 800:000 habitantes.

ORDEM DE MALTA OU DE S. JOÃO DE JERUSALEM EM PORTUGAL.

A ORDEM de S. João é tão antiga como a monarchia portugueza, pois em 1095 já o conde D. Henrique era soberano de Portugal, e em 1099 tomaram os cruzados Jerusalem, aonde já existia a origem della; mas só em 1113, primeiro anno da menoridade de D. Affonso Henriques, é que foi aprovada pelo papa Pascoal 2.^o

Corriam por aquelles tempos á Palestina os maiores potentados da Europa para se sanctificarem na guerra contra os infieis, como então se dizia, e libertarem os Logares Sanctos; nesse numero entrou o nosso conde D. Henrique, o qual por ser testemunha do valor e respeito dos cavalleiros de S. João os introduziu em Portugal; mas sendo certo que o conde foi á Palestina, não o é egualmente que elle fosse quem a chamou para Portugal. Todavia é indubitavel que governando a rainha D. Theresa na menoridade de D. Affonso Henriques, já esta ordem estava introduzida, como consta da Doação de Lessa, em 1112, e o Sr. D. Affonso Henriques a augmentou com muitas villas e logares, obrigando-a, como ás outras religiões, a assistir a elrei com tantas langas, e á defeza do reino com todos os cavalleiros, que estivessem nelle; e não contente com esta generosidade enviou um soccorro de oitenta mil dinheiros de ouro ao hospital de Jerusalem, com que se comprasse um juro perpetuo para melhor assistencia dos enfermos.

Logo que a ordem foi admittida neste reino se constituiu em priorado separado, que com o de Castella formaram a lingua de Castella, e Portugal, uma das oito de que a ordem se compunha. Os cavalleiros, que nelle tinham o governo, se chamavam *priores do Hospital*, e D. Fr. Ayres foi o primeiro, em tempo de D. Affonso Henriques, que em 1157 lhes concedeu varios privilegios; mas em 1340, no reinado de D. Affonso 4.^o, em tempo do grão-mestre Ville Neuve, mudaram para *priores do Crato*, sendo o primeiro que assim se chamou D. Fr. Alvaro Gonçalves Pereira, que acompanhou elrei á batalha do Saládo, e tronco da real Caza de Bragança. Trinta e cinco grão-priores se contam até hoje, e

entre elles muitos varões celebres, e desde muito tem esta dignidade sido exclusiva dos infantes, como foram successivamente os infantes D. Francisco, D. Pedro, depois rei, D. João, depois rei, D. Pedro, depois imperador, e D. Miguel, e já o tinha sido o infante D. Luiz, e seu filho o Sr. D. Antonio, que pertendeu ser rei de Portugal.

Estes priores, ou grão-priores, foram a principio providos por dez annos que se lhes prorogavam consecutivamente, e gozavam no reino honras de conde, quando as não tinham maiores.

Depois da gloriosa restauração de 1640, estando o priorado do Crato provido no grão-prior infante de Castella, o que de fórma alguma se compadecia com o novo estado do reino, nomeou elrei D. João 4.^o para prior do Crato o celebre D. Rodrigo da Cunha, mas não sendo este confirmado pela ordem, que pertendia o direito da apresentação dos priorados, foi isto causa desta se governar por governadores até depois das pazes com Castella; insinuando, por uma parte, elrei, aos que a ordem nomeava, que não acceitassem, e não querendo esta, por outra parte, confirmar as apresentações daquelle, incluindo o seu proprio filho D. Pedro, que concorreu com Fr. Lopo Lima, nomeado em Malta. Finalmente depois que o Sr. D. Pedro 2.^o tomou a regencia do reino, terminou a questão por uma convenção, pela qual reconhecia o prior que a ordem nomeára, reservando o regente a nomeação dos tres que se seguissem; vindo a recaír a 2.^a nomeação no infante D. Francisco, que ao tempo da primeira ainda não era nascido. Finalmente a rainha D. Maria 1.^a, por carta de 31 de Janeiro de 1790, confirmando as Letras Apostolicas de Pio 6.^o de 24 de Novembro de 1789, ordenou que a administração do grão-priorado do Crato ficasse para sempre unida e incorporada á casa do infantado, de tal sorte, que sempre passasse ao primogenito legitimo do que administrasse aquella casa; que se o infante viesse a subir ao throno ficasse em administração até ter um filho segundo genito, e extinguindo-se a linha directa legitima do infante, volvesse outra vez para o filho segundo do rei, que então reinasse, de modo que o administrador da casa do infantado seria grão-prior sem dependencia de nova concessão.

O priorado de Portugal comprehendia 18 leguas de comprido, 9 de largo, e 56 de circuito, com 13 villas, que eram o Crato, cabeça delle, Gafeto, Toluosa, Amieira, Gavião, Belver, Evendes, Carveiro, Proença, Certaã, Pedrogão, Oleiros, e Alvaro, além d'outros logares e commendas, em que o grão-prior, e a assembléa, exerciam toda a jurisdicção civil e religiosa.

O grão-prior por bullas dos pontifices, doações dos reis, e estatutos da ordem, era prelado, e cabeça de todos os cavalleiros, religiosos, clerigos, e vassallos do priorado, exercendo a jurisdicção sobre os cavalleiros e religiosos, com dependencia do grão-mestre e convento, para que delle se appellava. A jurisdicção ecclesiastica, a exercia pelo seu provisor e vigario geral que era nomeação sua por privilegio, porque os dos outros priorados eram nomeados pelo prior da igreja de S. João de Malta. Este provisor do Crato tinha jurisdicção quasi episcopal, por ser o priorado um izento *nullius diocesis*, e deste, que quasi sempre era um bispo, de quem a principio se appellava para a legacia, se appellou depois, por bullas que tiveram, para a *Veneranda Assembléa* ou capitulo provincial.

Gozava o grão-prior de toda a jurisdicção civil e criminal, e apresentação das justicas e beneficios: tinha um conservador para defender os privilegios da

religião, que ás vezes se reunia no provisor, e dois juizes ordinarios em Lisboa e Porto, que sentenciavam em primeira instancia, e destes se appellava para a Veneranda Assembléa, tribunal de Malta em Lisboa, que se compunha das 3 qualidades de religiosos professos: cavalleiros de justiça, serventes de armas, e cappellães conventuaes, que houvessem residido em Malta, na qual se completavam as tres instancias: e além deste tribunal havia outro para a administração da fazenda, e rendas do priorado que se chamava Mesa Prioral, erecta pelo Sr. D. João 4.^o, e presidida pelo grão-prior.

Tinha o priorado em Portugal 25 commendas; 22 de cavalleiros, e tres para serventes e capellães, que todas, segundo a sua lotação, rendiam 33 contos de réis, posto que muito maior fosse o seu rendimento real. As rendas do priorado, ou do grão-prior, eram de 24 contos, de que pagava 3:400 \$ r.^s de responsão para o thesouro de Malta, e imposto das náus com que todas as commendas eram gravadas na sua proporção, as quaes eram de *cabimento*, de *melhoramento*, de *graça*, e *magistraes*.

Tinha o priorado cinco balliados que eram o de Lessa, que tinha unido o de Lango; o de Acre, e os do Negro Ponto, e balliado conventual, uma das oito grandes dignidades da ordem, e chefe de lingua, alternado com Castella.

Se se considerar que a França conservava na religião tres linguas, que eram as de França, Provença, e Auvergne, não será para admirar, que a maior parte dos grão-mestres tivessem saído daquella nação, assim contamos quatro portuguezes occupando aquella soberana dignidade, que todos no cathalogo dos grão-mestres conservam nome honroso, que são: D. Afonso de Portugal, filho natural d'elrei D. Afonso Henriques, que abdicou e veio morrer em Portugal em 1207 conforme os melhores auctores, e jaz em Santarem na egreja de S. João; D. Luiz Mendes de Vasconcellos; D. Antonio Manuel de Vilhena, de quem fizemos mais larga menção em o N.^o 87; e Manuel Pinto da Fonseca.

Durante a constituição de 1822 se intentou extinguir gradualmente as commendas da ordem, applicando as que estivessem vagas, e fossem vagando, para a quinta caixa da Junta dos Juros dos Reaes Empréstimos, a qual disposição foi revogada pelo Alvará de 30 de Janeiro de 1830, que mandou entregar á ordem de S. João as suas commendas vagas, cujo rendimento se arrecadava para a quinta caixa da Junta dos Juros, pagando a ordem annualmente dezenove contos e quinhentos mil réis, como equivalente das commendas então vagas.

Finalmente foram as commendas totalmente abolidas pelo § 3.^o do decreto da extincção dos dizimos de 30 de Julho de 1832, posto em execução pelo § 4.^o do decreto de 22 de Agosto de 1833, que manda administrar pela Junta dos Juros todas as commendas da ordem de S. João de Jerusalem. Todos os mais direitos, jurisdicções, e regalias, teem sido inteiramente extinctos por diversas disposições legislativas.

HISTORIA DE UM DIAMANTE.

HA no mundo alguns diamantes celebres, não só pelo seu tamanho, e raridade, mas tambem pelos incidentes da sua historia, e pelos acontecimentos que occorreram quando se encontraram, e quando passaram das mãos de uns donos para as de outros. Tal é, entre outros, o grande diamante do sceptro imperial da Russia, de que neste lugar fallaremos.

Pertenceu antigamente este diamante ao famoso

conquistador Nadir-Schah, e era, juncto com outro, tambem de desconforme tamanho, o principal adorno do throno deste monarcha. Sendo Nadir-Schah assassinado, a maior parte das suas joias foram roubadas pelos soldados revoltosos, que repartiram entre si este rico despojo.

Nesta epocha um mercador armenio, chamado Schafras, e conhecido depois em Astracan pelo apellido do *Millionario*, residia em Bassorá com dois irmãos seus. Um capitão de Afghans veio ter com elle, certo dia, e lhe offereceu á venda um grossissimo diamante, e outras pedras tambem de valia. Espantado de tal offerta, Schafras respondeu-lhe que naquella occasião não tinha a somma necessaria para fazer semelhante compra, e rogou ao Afghans que voltasse dahi a dias; mas elle, apesar de todas as diligencias que fizeram, não tornou a apparecer. Passados tempos, Schafras o encontrou por acaso em Bagdad, e então lhe comprou as joias offerecidas por 50:000 piastras [pouco mais ou menos, 52 contos de réis]. O armenio, callou-se a respeito deste negocio, e voltou para Bassorá, onde continuou a commerciar.

Passados 12 annos, Schafras resolveu-se a sair daquella cidade, e a ir procurar em paizes remotos quem lhe comprasse o seu diamante. Partiu para Constantinopola, donde passou á Alemanha, e depois á Hollanda, onde fez assento na cidade d'Amsterdã. Ahi mostrou o seu thesouro, e mandou propor a venda delle em diversos estados da Europa. Tanto que se soube do valor daquella joia, varios governos offereceram ao armenio o comprarem-lh'a: entre outros, o governo inglez prometteu um preço mui subido; mas que não chegava ao valor que elle lhe dava. O da Russia, porém, convidou Schafras para ir a S. Petersburgo tractar pessoalmente da venda do diamante; e no caso de se não effectuar o ajuste prometteu-se-lhe o pagamento das despezas da viagem. Chegando Schafras á capital da Russia, offereceram-lhe, da parte do ministro Panin, um grão de nobreza, 6000 rublos [3 contos de réis] de pensão annual, em quanto vivo fosse, e 500:000 rublos [250 contos], além disso, paga á vista uma 5.^a parte, e o resto em dez annos, a prazos certos.

Schafras aceitava estas condições quanto á somma de dinheiro; mas exigia que seus irmãos fossem tambem feitos nobres, e que lhe concedessem, além disso, outras mercês e privilegios. Teimou tanto nisto que o negocio se desmanchou.

Todavia Schafras contando com vender a joia, tinha multiplicado as suas amizades em S. Petersburgo, tinha-se mettido em grandes despezas, e pedido emprestadas grossas sommas, cujos juros devia pagar. Daqui resultava, que possuindo tão avultado thesouro, se achava em grandissimo apuro, cheio de dividas, e a ponto de não ter que comer.

O armenio tomou então a resolução de sair de S. Petersburgo ás escondidas; e partiu para Astracan, onde esteve muito tempo sem apparecer. O conde Gregorio Orloff, tendo por fim dado com elle, deu parte disso á cõrte, que o encarregou de tractar de novo da compra do diamante. Foi elle quem, com effeito, levou esse negocio a cabo, ajustando com o armenio o ser feito nobre na Russia, e que se lhe pagaria, por uma vez sómente, a quantia de 450 \$ 000 rublos. Elle teve de receber de menos nesta somma 170 \$ 000 rublos de varias despezas, e dos juros e capitaes que devia.

Tendo o armenio concluido assim este importante negocio, estabeleceu-se definitivamente em Astracan, onde ainda, por via do commercio, augmentou muito mais as suas riquezas.



O CALMUCO.

Os RUSSIANOS dão o nome de calmucos a um dos ramos principaes daquella divisão dos mongoes que tem o nome geral de Oloth ou Oirat. Esta nação está tão espalhada pelo orbe como os arabes. As tribus dos calmucos se encontram por todas as regiões da Asia superior entre os 38 e 32º de latit. N. e desde a ponta mais septentrional do Hoang-ho na China até as margens do Volga. Quatro são os seus ramos principaes; cumpre-nos porém tractar da raça especial que os russianos denominam calmucos, e que já foi mais numerosa nos domínios do Czar, antes das emigrações dos annos de 1771 e seguinte para os territorios sujeitos ao imperio da China, e occupados pelos seus antepassados. Comtudo ainda em 1793 obedeciam á Russia mais de oito mil familias desta gente.

Os calmucos servem nas tropas russianas como cavallaria irregular; e alguns escriptores teem exaggerado muitissimo as suas qualidades. É indubitavel que os alistados nesses corpos de guerrilheiros a cavallo contrahem um habito de ferocidade, e de amor á rapina, muito proprio de tropas irregulares, principalmente quando os povos, a quem de ordinario guerream, são barbaros, e aquelles com quem vivem pouco mais adiantados na civilisação: mas é tambem certo que a nação dos calmucos considerada no recinto das familias, e no seu regime particular, não é destituida das virtudes domesticas, e constitue um povo com modos de viver adaptados ás suas precisões e ao clima em que habitam, e com leis e governo permanentes. Differe em tudo dos cossacos [vid. ácerca destes a pag. 372 do vol. 2.º]; porque estes formam republicas, com chefes electivos, independentes, e sem distincção de jerarchias: os calmucos pelo contrario adoptaram uma especie de governo monarchico, e hereditario, misturado de aristocracia, com grande desigualdade de riquezas e de classes; e as leis porque se regem fundam-se geralmente na justiça e na boa razão: póde ver-se na viagem do celebre Pallas o conceito que ellas merecem. Além disto este povo tem uma theogonia particular, com a crença de um paraizo e de um inferno arranjados a seu modo. Vivem errantes e acampam em barracas, as quaes mudam de logar, para estarem mais proximos das pastagens para seus gados, quando lhes escaceiam nos sitios que occupavam, Manteem copio-

sos rebanhos de ovelhas, e de camellos, e muita quantidade de cavallos; não agricultam, e teem muito pouco gado cornigero.

FOROS E COSTUMES ANTIGOS DE PORTUGAL.

2.º

A PAGINAS 379 do antecedente volume démos uma breve noticia do que se encontra mais notavel e curioso no foral de Santarém; tractámos ahi, egualmente, da grande luz que o exame e estudo desses antigos foros póde lançar sobre a historia do nosso paiz: continuaremos, por isso hoje, a dar noticia de tão importantes documentos, extrahindo alguns capitulos dos costumes de S. Martinho de Mouros, antigo concelho da Beira, no districto de Lamego.

O foral que os precede offerece cousas communs a todos os foraes daquella epocha: pelo que toca aos costumes apontaremos delles o seguinte:

Todo o homem que ferisse algum *dos olhos para cima*, pagava ao *mordomo d'elrei* trinta maravedis.

Se qualquer homem caía de alguma arvore e reventava, ninguem o podia erguer ou tirar dalli sem licença do juiz, sob pena de trinta maravedis: o mesmo costume regulava quando qualquer corpo morto vinha pelo rio abaixo, ou encalhava na margem.

Quando qualquer homem apparecia morto sem se saber quem o matára, eram penhoradas por trinta maravedis as tres aldeas mais proximas ao sitio onde apparecera o cadaver.

Todo aquelle que dava uma punhada na cara a algum devia pagar-lhe um maravedi velho: se era bofetada com a mão aberta, tinha de pagar-lhe tantos cinco soldos quantos eram os dedos da mão.

Sendo estes costumes examinados no anno de 1380, por Affonso Annes, corregedor d'elrei, no meirinhado da Beira, este alterou alguns delles, e entre outras cousas o seguinte: costumava reunir-se o conselho dos vereadores, uma vez por semana na *feyra ás presas*, que parece ser certo campo ou praça, e depois aos *pousadoyros* [*]. Mandou o corregedor, a requerimento do conselho, que se reunissem dalli em diante *debaixo dos carvalhos da egreja*; e dá a razão: *porque os homens haviam de ouvir missa, e encomendar-se a Deus; e porque é logar mais convinhavel, e mais honra de Deus e da egreja*. Esta decisão, e as razões della, pintam melhor aquelle seculo, do que um volume de chronicas.

Os vexames que os nobres faziam naquella epocha aos povos, talvez em nenhuma parte apparecerão a tão odiosa luz como nos costumes de S. Martinho de Mouros. Tractava o corregedor de emmendar as violencias dos fidalgos contra os peões, e era preciso que se dissesse quaes ellas eram: dos differentes capitulos, que sobre isso mandou Affonso Annes lançar no livro dos costumes do concelho, se vê, em summa, que os fidalgos mandavam tirar aos lavradores tudo aquillo de que careciam, como aves, gado de toda a casta, pão, azeite, vinho, palha para as cavalgaduras, sem pagarem nada, chegando a ponto de lhes tomarem a roupa da cama, e ficarem com ella, ou restituirem-na feita já em pedagos; e mandando estragar as hortas daquella pobre gente, e arrombar-lhes as cubas do vinho, quando não davam immediatamente o que lhes pediam. Punham, além disso, quando queriam dinheiro, portagens, peagens, e outras alcavallas, nas passagens dos rios ou nas entradas das povoações, tirando assim grandes sommas dos povos. Tambem

(*) O A. do Elucidario interpreta *Pousadouro*; logar que fica no fim e termo de alguma subida, onde naturalmente descança, e de põe o seu peso, ou carga, e caminhante ou jornaleiro.

costumavam quando achavam resistencia nos vereadores do concelho espanca-los, prende-los, e infama-los em juizo. Nas eleições de juizes, ou nas decisões dos julgamentos vinham os fidalgos; faziam eleger quem lhes parecia, e depois absolver criminosos, e condemnar innocentes, a seu bel-prazer. Para atallar tantos males, impoz o corregedor graves penas contra os transgressores dos foros e costumes da terra; penas que, porventura, não embargaram a continuação das violencias.

AGUAS MINERAES DE VERIM E VILLARELHO.

ENTRE os muitos remedios que a natureza espontaneamente offerece para diversos achaques a que está sujeita a humanidade, não são os de menos monta as aguas mineraes. Abundante dellas é o nosso paiz; mas nenhuma talvez produzem, relativamente, effeitos tão salutaes como as de Verim, na Gallisa, conhecidas naquella paiz pelo nome de *Aguas de Sousa*. Estas aguas, que d'antes era necessario ir buscar a um paiz estrangeiro, appareceram ha annos tambem em Portugal, no termo de Villarelho, concelho de Chaves. No anno de 1832 publicou-se ácerca dellas uma noticia escripta por um medico de Chaves, homem abalissado na medicina. Como essa noticia seja pouco conhecida, e a muitos convenha saber da existencia daquellas aguas, extrahiremos de um jornal dessetempo a substancia da referida noticia.

É esta agua mineralizada principalmente pelo carbonato de soda. O juizo que eu faço de outros principios, e do estado de saturação da soda pelo gaz [elle sae em grande abundancia na fonte], as molestias em que julgo se deve applicar este importante e poderoso remedio, as circumstancias que devem concorrer nos enfermos relativas ao temperamento dos mesmos, o periodo das diversas molestias, em que julgo convirem, e muitas outras circumstancias com o relatorio das minhas observações, serão objecto de uma Memoria, que darei; e agora limitar-me-hei a referir as molestias em que as tenho applicado, e costume applicar. 1.º Nas affecções de bexiga, ou rins, em que é necessario desembaraçar estes orgãos de aréas, humores mucosos, ou catarrosos, e dar-lhes o conveniente gráu de energia para a boa secreção, e expulsão da urina; 2.º em todos os embaraços de fígado, ou outras visceras, que ficaram de molestias mal curadas, ou desprezadas; 3.º nas ictericias cronicas, e nas outras, tendo precedido a competente preparação; 4.º em muitas affecções hydropicas; 5.º em atonias do estomago, e canal intestinal, procedida de excesso de estimulos, embaraços humoraes, ou má secreção de sucos proprios, como em certos casos, que são o resultado da gôta, e até do rheumatismo; 6.º tenho applicado estas aguas em muitos casos rebeldes de chlorosa, e com grande successo, e tambem nas flores brancas; 7.º só tenho um facto de ophthalmia escrofulosa &c. Devo advertir que ainda costume applicar estas aguas em outras diversas affecções; mas não tenho bastantes factos para fallar com segurança nellas. Em todos os casos, em que as applico, sempre julgo vencida toda, e qualquer inflamação, ou tendencia a ella. De resto todo o medico sabe, que uma molestia não é a mesma, por que tem symptomas semelhantes; antes as mesmas molestias segundo os individuos, e outras circumstancias variam a ponto espantoso: e que por tanto não se curam molestias, mas enfermos. Estas aguas sendo bem engarrafadas conservam-se muito tempo em estado de servirem.

AS COLONIAS PORTUGUEZAS d'AFRICA.

EXTRAHIMOS a seguinte nota estatistica do celebre *Papel forte* do P.º Vieira, que mostra qual era o estado das nossas colonias d'África em 1648. Os curiosos verão, comparando-as com as noticias mais recentes vindas daquellas partes, se essas colonias tem ou não crescido e prosperado nos ultimos 200 annos.

Angola	400 moradores e 400 soldados.
Massangano.	30 entre moradores e soldados.
Ambaça	200 idem.
Muchina	30 idem.
Cambade	30 idem.
Cacheu	30 idem.
S. Thiago [nas ilhas de Cabo-Verde]	100 moradores, e dez a doze companhias de soldados negros e mestiços: todas as outras ilhas eram deshabitadas.
Benguella.	15 soldados.
Moçambique	70 moradores portuguezes e 150 soldados. Tinha uma fortaleza com trinta e duas peças de artilharia.
Sofala	6 soldados. Tinha oito peças de artilharia.
Quelimane	30 moradores 1 capitão e 4 soldados. Tinha oito peças de artilharia.
Tete	30 homens de guarnição entre portuguezes e mestiços, com alguma artilharia.
Mombaça	50 homens de guarnição, com dezeseis peças.

ANECDOTA DE NEWTON.

O HOMEM estudioso e dado á contemplação de cousas de grande monta, quasi sempre é estranho ao mundo, de modo que, ás vezes, apesar de sabio, faz melhor, do que ninguem, o papel de tolo: uma prova disto nos offerece a seguinte anecdota do celebre Newton.

Tinha-lhe mandado um dos seus correspondentes litterarios um prisma, que naquella epocha ainda era uma raridade em Inglaterra. Achava-se na alfandega aquelle pedaço de vidro, e Sir Isaac Newton foi despacha-lo. Perguntaram-lhe os officiaes quanto valia o vidro para lhe carregarem os direitos, ao que elle, insciente do que eram direitos e alcavallas de alfandega, e que suppoz lhe perguntavam o valor scientifico do prisma, respondeu, que era tamanho, que elle proprio não sabia avalia-lo. Instando então os officiaes para que desse delle qualquer avaliação, continuou a teimar que isso não era possivel, porque a valia daquelle vidro era inestimavel. Aproveitaram-se os officiaes deste dicto, e fizeram-lhe pagar uma somma exorbitante de direitos, os quaes elle poderia ter satisfeito com uma bagatella, sendo o imposto, correspondente ao pezo do prisma, apenas alguns pences.

TRES MEZES EM CALECUT.

(1.ª *Chronica dos Estados da India*).

IV

AS TRAIÇÕES.

“ESPERAMOS de balde pelos officiaes delrei, no dia antecedente; mas na manhã da quarta-feira voltaram dizendo a Vasco da Gama que o Samorim nos receberia naquella manhã. Partimos; e ao chegar ao paço, as desconfianças, que começamos a ter na ves

pera, mais avultaram então: muitos nayres armados estavam reunidos no terreiro da entrada, e espalhados pelos aposentos: guiaram-nos para uma porta cerrada, que só passadas quatro horas se abriu: alli esperámos impacientes, até que elrei mandou que entrasse o embaixador de Portugal; mas acompanhado só por dois dos seus. O escrivão Diogo Dias, e Fernão Martins, o lingua, foram os que elle escolheu.”

“Senhor Fernão Martins — disse Alvaro Velho interrompendo a leitura — melhor podereis narrar o que se passou entre vós e o Samorim, do que a minha escriptura.”

E o interprete, tomando a mão, proseguiu nestes termos:

“Entrados á presença delrei, logo descobrimos no seu aspecto carregado, que ou elle suspeitava mal de nós, ou que alguma traição se urdia. Sem, todavia, se perturbar, Vasco da Gama se aproximou ao estrado, onde o Samorim jazia reclinado. Perto d'elle estavam quatro mouros; que muitos destes cães havia entre os officiaes do paço. Por intervenção de um delles, que me repetia em arabe as palavras delrei, se travou entre este e o capitão mór o seguinte dialogo:”

“Disseste-me que vinhas de um paiz mui rico; e apresentaste-te ante mim com as mãos vazias, como nenhum mouro ousára faze-lo; nem ainda o mais pobre dos meus vassallos? — Disseste-me que me trazias cartas de teu senhor, e não m'as deste ainda. Trem-me de enganar-me, Frangue do occidente!” (*)

“Por mares immensos vim a descobrir teus reinos; para os meus naturaes a propria existencia destas terras era duvidosa: aparelhado estava para lutar com tormentas e com homens [aqui Vasco da Gama apertou o punho da espada] porém não para ostentar riquezas na tua luzida côrte.”

“Buscavas acaso pedras; ou buscavas homens? — Se, como me disseste, eram homens que procuravas, por que não trouxeste contigo cousa que os contentasse? Já me affirmaram que na tua náu havia uma imagem de ouro...”

“É a Mãe de Déus: ella me sustentou sobre as aguas do oceano: ella me guiou e trouxe até as costas da India. Bem que não de ouro, mas só dourada, não t'a dera eu por nenhum caso. Tivera-me por perdido no dia em que a perdesse.”

“Entrega-me, então, as cartas de teu rei: vejamos o que nellas me diz.”

“Ei-las aqui, oh rei; mas que lêa a que vem em aravía algum de teus naturaes, que entenda esta linguagem: são nossos inimigos os mouros, e poderão torcer o que nella está escripto. A que vem em portuguez sei eu que te dará prazer.”

“Lá me custou — proseguiu Fernão Martins — o repetir aos interpretes mouros o gracioso cumprimento do capitão-mór; mas que remedio? — Ouvindo as minhas palavras todos quatro fizeram uma visagem, como se lhes houvessem despejado na boca um gomil de vinagre: todavia transmittiram ao Samorim as palavras de Vasco da Gama.”

“Então se mandou chamar um moço indio, que pegando na carta, não percebia della uma só letra: era pois forçoso que os mouros a lessem: felizmente nos occorreu que se mandasse chamar o nosso amigo Monçaíde, que, com os outros, lesse aquella carta a elrei.”

“Elle chegou brevemente, e com tres dos mouros,

(*) Frangue era o nome que os mouros da India davam aos portuguezes: de tempos remotos foi este o nome geral com que os mahometanos designaram os christãos da Europa; provavelmente, por que, sendo os francezes (francos) a nação mais conhecida na Asia, desde a epocha das cruzadas, confundiam todas as nações europeas, como se fossem uma só.

a trasladou em indio; do contheudo deu o Samorim mostras de ficar contente: depois perguntou ao capitão que mercadorias eram as que Portugal podia mandar á India.”

“As primeiras necessidades da vida provê absolutamente o meu paiz: tem trigo com que o homem se sustenta; pannos, com que se cobre; ferro, com que se defende: — Esta foi a resposta de Vasco da Gama.”

E dessas cousas trazes algumas para mercadejar com os meus naturaes?

“Sim, trago; e ir-me-hei a bordo de meus navios, deixando na casa em que pousamos cinco homens, a quem mandarei essas cousas, para elles as resgatarem por ouro e prata, ou por outras mercadorias.”

“Não deixes ninguém: — atalhou o Samorim — parte com todos os teus: e depois de amarrares bem as náus farás desembarcar isso que de tua terra trouxeste.”

“Com isto nos despedimos: Monçaíde veio conosco até a pousada; e pelo caminho nos revelou que os mouros urdiam larga trama para nos haverem de perder: Vasco da Gama, que bem percebia o risco em que nos achavamos, ficou todo aquelle dia taciturno, e com o aspecto carregado.”

Fernão Martins callou-se neste ponto, e Alvaro Velho, pegando outra vez no manuscripto, seguiu assim ávante na sua leitura:

“No outro dia partimos para Pandarane, e apesar de nos perdermos uns dos outros no caminho, chegamos finalmente aos estãos, em que Vasco da Gama nos esperava para embarcarmos: era perto da noite; pedimos uma almadia; mas o catural recusou-a, com o pretexto de que era mui tarde. Então a colera do capitão-mór rebentou como uma torrente: accusou o catural de traidor: ameaçou-o de que voltaria a Calecut para se queixar a elrei; e Bontafbo, que traduzia na linguagem dos indios as palavras de Vasco da Gama, exaggerava ainda, porventura, as suas expressões de despeito: temeu, ou fingiu temer o catural o furor do capitão portuguez, e respondeu, que em vez de uma almadia, daria trinta, se tantas nós pretendessemos.”

“Saímos ao longo da praia: havia muito que o sol tinha desapparecido no occidente; nenhuma barca por alli jazia; e o capitão receoso de alguma cilada, mandou Gonçalo Pires, com mais dois homens, adiante, que se encontrassem Paulo da Gama, seu irmão, com os bateis abicados em terra, lhe dissessem que saísse logo para as náus; porque em terra correria risco.”

Os homens não tornaram; e fartos de buscar em vão barcos, que nos conduzissem a bordo de nossos navios, tivemos de voltar á povoação, onde passámos a noite, em casa de um mercador mouro.”

“Na manhã seguinte, a traição, até ahí encuberta, se patenteou claramente. Exigiram de Vasco da Gama que mandasse approximar as náus á terra: recusou elle faze-lo; e então lhe declarou o catural, que sem isso não tornaria a pôr os pés dentro dellas.”

“Soltar palavras asperas era quanto podíamos fazer em nossa defeza; mas os signaes de colera só ac-carretaram sobre nós escarneos. Os mouros e indios, que conosco estavam, diziam rindo, que podíamos partir para Calecut, ou para nossos navios, como melhor nos aprouvesse; mas as portas se haviam cerrado, e nós estávamos rodeados de nayres armados, que cuidadosamente nos guardavam.”

“Por fim o catural exigia só que as vellas e leme dos navios fossem trazidos para terra: com isto, dizia elle, abrir-se-nos-hia caminho franco, e dar-se-nos-hia uma almadia, para nos recolhermos a bordo.

Vasco da Gama, porém, recusou constante qualquer condição para a sua partida, que elrei lhe concedera solta e livre.”

“No meio destas disputas, Gongalo Pires voltou, e nos disse que encontrara Nicolau Coelho, capitão do Berrio, com os bateis aprôados em terra, o qual alli o esperava. Com a ajuda de Bontaíbo safu então um dos nossos disfarçado, e foi avisar Nicolau Coelho de que fugisse sem demora: os mouros o perceberam, bem que tarde, e mandaram muitas almadias apoz os bateis; mas estas não os poderam alcançar.”

“Então recorreram á mais diabolica das tentações para abalar nossa constancia. Sentiamo-nos desfallecer á mingua; e por mais que pediamos nos trouxessem com que matar a fome, as nossas supplicas eram para elles nova materia de riso, e de pungentes escarneos.”

“Eterno nos pareceu este dia de continua agonia: e não foi essa noite menos atribulada: as guardas se augmentaram ao cair das trevas; e tendo-nos, durante o dia, permittido o passear por um pequeno jardim, logo que anoiteceu nos encerraram em um estreito aposento: concederam-nos, todavia, algum alimento, que, apesar da nossa afflicção, devorámos, como quem nada tinha comido desde a tarde antecedente.”

“No dia seguinte os officiaes d’elrei voltaram á nossa prisão: o seu modo era outro; mostraram-se muito tractaveis, e por fim declararam a Vasco da Gama, que se mandasse vir para terra as mercadorias que trazia, o deixariam ir livremente. Esta condição era suave para quem se via em tão apertado trance, e foi aceita. Escreveu o capitão a Paulo da Gama que mandasse para terra varias cousas que lhe apontou: tanto que ellas chegaram, abriram-se as portas de nossa prisão, e nos mesmos bateis que as trouxeram, partimos para os navios, ficando dois em terra, para feitorisarem aquellas mercadorias.”

“Ao chegarmos a bordo todos nos abraçavam, como se de largo tempo nos não vissem: tinhamos sido, por assim o dizer, salvos das garras da morte. Vasco da Gama ordenou que os bateis não transportassem para terra nenhuma fazenda mais; e, passados dias, escreveu uma carta ao Samorim, queixando-se das affrontas e violências por nós recebidas. Elrei respondeu logo, dando grandes desculpas das offensas feitas pelos seus, e promettendo que mandaria mercadores, que comprassem ou trocassem esses poucos objectos, que de Portugal trouxeramos para mercadejar.”

“E com effeito alguns mouros vieram a Pandarane para esse fim; mas não se concluindo o negocio, o capitão ordenou que as fazendas alli depositadas se levassem para Calecut, onde, porventura, se acharia para ellas melhor mercado. Disso avisou elrei, o qual á sua custa as fez transportar para a cidade.”

“A boa amisade restabelecia-se, aparentemente, entre nós e o Samorim; mas tudo quanto este fazia era para nos enganar: os mouros o haviam persuadido de que eramos ladrões do mar, e, medroso das nossas bombardas, dissimulava connosco, esperando occasião opportuna para nos colher ás mãos.”

“Todavia a marinagem ía frequentes vezes a Calecut, porém sempre aos poucos, e com a necessaria cautella. Para trazer ao reino alguma cousa do oriente, os marinheiros mais pobres chegavam a ponto de trocar a propria roupa por cravo, canella, e mais especiarias: por outra parte as almadias cheias de indios rodeavam constantemente as náus, para nos venderem toda a casta de mantimentos, que podiamos desejar. Assim passaram muitos dias.”

“Estavamos no mez de Agosto: o piloto Canacá dizia que a monção, ou tempo proprio de atravessar o golfão, que divide a Africa da India, era chegada: cumpria partir; e Vasco da Gama mandou avisar disto o Samorim, pedindo-lhe que fizesse embarcar os embaixadores, que, segundo lhe annunciára, queria enviar a seu irmão o rei de Portugal, e ao mesmo tempo lhe permittisse, que em nome d’elle trouxesse a seu senhor, elrei D. Manuel, certa porção de especiarias, como amostra dos preciosos generos que a India produzia.”

“Foi neste ponto, que a má vontade delrei de Calecut appareceu a lume: um presente que, mandando este recado, lhe fizera o capitão-mór, não o quiz elle ver, e respondeu a Diogo Dias, escrivão da náu S. Gabriel, o qual fôra com esta mensagem, que, antes de partirem, os portuguezes deviam pagar-lhe seiscentos xerafins [*], como era estabelecido para todos aquelles que vinham mercadejar a seus pórtos.”

“Diogo Dias fôra deixado em terra com Alvaro de Braga, para feitorisarem as mercadorias, que se haviam desembarcado; e ahi deviam ficar até a volta de nova armada. Ouvida a determinação d’elrei, tornou á casa onde morava, resolvido a vir a bordo relatar a Vasco da Gama o que succedera: ao chegar á pousada viu-a rodeada de homens armados: entrou, e junctamente com seu companheiro foi retido nella pelos nayres, em quanto pela cidade se lançavam, como depois contou Bontaíbo, temerosos pregões, para que ninguem da cidade tivesse communicação com a armada.”

“Felizmente um moço negro, que com elles estava, pôde escapar á vigilancia das guardas: correu á praia: a noite começava a cerrar-se; nenhuma barca o quiz tomar, até que, já cansado de andar ao longo da costa, achou no extremo da cidade uns pescadores, que a troco do algum dinheiro o conduziram a bordo, fugindo outra vez para terra encubertos pelo escuro, com receio de serem severamente punidos.”

“Passou-se o seguinte dia, sem que uma só barca viesse aos navios: em conta de perdidos tinhamos Diogo Dias, e Alvaro de Braga. Na manhã immediata — era o dia da Assumpção da Virgem — os vigias do S. Gabriel viram aproximar-se uma almadia: chegaram a bordo quatro indios que davam mostras de quererem vender-nos pedras preciosas: deixaram-os subir; e Vasco da Gama, fingindo ignorar a prisão dos feitores, os acolheu, como se estivessemos em boa paz com seu rei: e por elles se mandou uma carta a Diogo Dias pelo theor da qual mostravamos não saber o que succedera em terra.”

“Isto enganou os de Calecut, que começaram a vir a bordo com frequencia, até que no domingo seguinte chegou uma almadia com seis mercadores, que, pela riqueza do traje, pareciam pessoas principaes: tanto que estes subiram, Vasco da Gama os mandou prender, e mais doze homens dos que com elles vinham, enviando pelos outros nma carta ameaçadora ao Samorim, na qual dizia que pelos dois portuguezes, que deixava na India, levava em refens estes mercadores, uma vez que logo não lhe fossem os seus restituídos. — Depois levantamos ferro, e como o vento era contrario, andámos quatro dias bordejando na enseada, fundeando, finalmente, á espera do vento, tanto ao mar, que não viamos a terra.”

“Agora, senhor Alvaro — disse Alvaro Velho para o de Braga — a vós toca referir o que com Diogo Dias passastes, quando vos deixámos nas mãos daquelles perros.”

E Alvaro de Braga disse:

“Logo que em Calecut se espalhou a nova de que

(*) O xerafim valia proximoamente 300 reis.

vós outros ereis já ao largo, as mulheres e filhos dos que tinheis captivos correram ao paço, fazendo grandes prantos; a sua afflicção, que abrangia a muita gente, por serem aquelles mercadores dos principaes, commoveu o animo d'elrei, que nos mandou chamar, mostrando-se muito irado contra o catual, e ordenando que fossemos ambos postos em liberdade: — “Em nada sou culpado de quanto vos aconteceu — disse elle a Diogo Dias — ide dizer a vosso capitão que me solte meus vassallos; e tu podés voltar a terra para negociar a fazenda que ahí tendes: para prova de que desejo a boa amizade dos portuguezes escreverei a meu irmão D. Manuel, e será em sua propria linguagem” — Então Bontaibo, que ahí fóra chamado por interprete, deu uma óla, ou folha de palmeira, a Diogo Dias, que nella escreveu com uma penna de ferro a carta que o Samorim dictou para elrei de Portugal, e que elle trouxe ao capitão-mór. — No dia seguinte uma almadia nos conduziu a ambos a bordo do S. Gabriel, e muitas outras barcas iam conosco para levarem os que alli se achavam captivos: temerosos todavia da vingança dos portuguezes, lançáramos no batel da náu, que ainda fluctuava á pópa.”

“Tanto que chegastes — disse Alvaro Velho, proseguindo a leitura — Vasco da Gama mandou descer á almadia os seis prisioneiros principaes, dizendo-lhes que mandaria os outros, quando viessem as mercadorias, que ainda haviam ficado em terra. — Partiram; e ao romper d'alva, Bontaibo veio ter conosco: tinham querido mata-lo os outros mouros, dizendo que era nosso espia. Recebemo-lo como amigos, e o capitão-mór lhe prometeu que elrei lhe faria mercê: foi elle quem miudamente nos contou as traições que contra nós estavam urdidas, e de que ainda hontem tivemos mais uma prova.”

“Seriam dez horas da manhã, quando vimos voagar para nós sete barcas cheias de gente: tres se aproximaram, trazendo na borda pendurados alguns pannos dos que Diogo Dias deixára em terra: pareciam querer mostrar com isto que vinham restituir-nos a fazenda, que ficara em seu poder; mas o capitão-mór os fez afastar ás bombardadas; porque resolvera trazer consigo a Portugal os homens que captivara.”

“Desfraldámos as vellas ao vento: depois de tres mezes de demora neste paiz traçoeiro, a India ficou descuberta; e nós levaremos a elrei D. Manuel a certeza de que seu nome será immortal na historia.”

Alvaro Velho callou-se: o seu manuscripto ainda tinha varias folhas em branco; elle as encheu depois; mas chegando ao reino, ninguem fez caso d'elle, nem do que escrevera: só passados muitos annos, um bedel da universidade, chamado Fernão Lopes de Castanheda, desenterrou em St.^a Cruz de Coimbra aquelle quaderno precioso, e d'elle se serviu para compor a mais curiosa porção do primeiro livro da sua *Historia da India*.

Quando a leitura acabou, o dia vinha rompendo: a candêa da bitacola começava a bruxulear já frouxa; e os homens do quarto, substituídos por outros, foram repousar da sua longa vigilia.

SABÃO CHIMICO PARA TIRAR NODOAS.

TOME-SE uma onça de greda pulverisada; humedeça-se com uma pouca de essencia de therebentina, ou, melhor será de alfazema; tome-se depois uma onça de sal de tartaro, [carbonato de potassa puro] uma onça da melhor potassa dos droguitas; forme-se de tudo isto uma massa com sabão molle; façam-se pastilhas quadradas e guardem-se para quando forem precisas.

Modo de se servirem d'elle.

Humedeçam a nodoa, e com uma pouca d'agua esfreguem o sabão sobre a fazenda por algum tempo até que a nodoa desapareça: lavem o panno em agua clara com uma escova ou com uma esponja, até sair todo o sabão; enxuguem-no ao ar, ou com um ferro de engomar entre dois pannos. Este sabão serve para toda a casta de fazendas cujas côres os alcalis não alteram; a experiencia tem mostrado que as ataca muito menos do que os alcalis puros.

Cura das feridas causadas pela canga nos pescoços dos bois. — Estas feridas são o resultado do trabalho muito aturado dos bois em tempo de chuva, quer seja lavrando, quer seja puxando os carros; tambem pôdem provir da má construcção das cangas, as quaes, logo que se lhes conheça defeito, devem ser emendadas. Se virem que o mal está no seu principio, e que apenas ha inchação acompanhada de muito calor, convém mandar sangrar o animal e applicar-lhe no pescoço o detergente seguinte:

Tomem um pouco de çumo de tanchagem e saião, claras d'ovo, folhas de amoreira, bolo armenio, e um pouco de gesso; reduzam a pó finissimo os dois ultimos ingredientes; applicuem este medicamento na parte doente, e a inchação e a dôr se hão-de desvanecer dentro de pouco tempo; se porém ambas ellas forem igualmente teimosas applicar-se-ha o resolvente seguinte:

Tomem de meimendro, de malvas, e tanchagem, um punhado de cada uma, e cozam tudo em agua commum; quando as folhas estiverem cosidas, tire-se dellas a parte mais tenra, e pizem-na como quem quer fazer uma especie de unguento; deitem a massa n'uma panella de barro, e junctem-lhe um pouco de cosimento das dictas folhas, com manteiga, uncto sem sal, flôr de farinha, e açafraão, conforme o que o caso pedir, e cosam de novo tudo juncto. Applicuem, duas vezes por dia, sobre a parte doente, um emplasto desta mistura, atado com tiras de panno para que não cáia. Quando se manifestar a suppuração na parte doente do pescoço do boi se lhe dará uma lancetada, e fará uma incisão sufficiente para dar saída sem custo á materia purulenta. Continue-se a pôr esta composiçõ emolliente á roda da ferida, e com umas estopas ou com a rama de uma penna introduz-se unguento verde na incisão.

LIQUIDO PARA BRONZEAR MEDALHAS.

Tome-se: Amonia liquida Meia oitava.
Sal de nitro Meia oitava.
Sal marinho secco Meia oitava.
Sal ammoniaco Uma oitava.
Vinagre Seis onças.

Misturam-se mui bem todas estas substancias.

Convém alimpar com muito esmero todas as peças antes de lhes applicar este licor: augmenta-se o escuro da côr á proporção das demãos que se lhes dá.

Escriptorio da Direcção da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis, Rua Nova do Carmo N.º 39 = D.

LISBOA — NA TYPOGRAPHIA DA SOCIEDADE.